

# SUMÁRIO

## **NOTA PRÉVIA**

### **1. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS**

- 1.1 - Emissão de Pareceres e Recomendações
- 1.2 - Organização de Colóquios e Seminários
- 1.3 - Cooperação com outras Entidades
- 1.4 - Divulgação das Actividades

### **2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA**

- 2.1 - Composição do Conselho Nacional de Educação
- 2.2 - Funcionamento do Conselho Nacional de Educação
  - 2.2.1 - Plenários
  - 2.2.2 - Comissão Coordenadora
  - 2.2.3 - Comissões Especializadas
  - 2.2.4 - Assessoria Técnica e Administrativa

### **3. RECURSOS FINANCEIROS**

### **4. BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO**

*- Teresa Ambrósio*

## **ANEXOS**

- ANEXO 1 – Número de Reuniões Realizadas
- ANEXO 2 - Planos de Actividades

## NOTA PRÉVIA

O Conselho Nacional de Educação é um órgão independente, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, funcionando junto do Ministério da Educação, e goza de autonomia administrativa e financeira.

- A natureza, as competências e a orgânica do Conselho Nacional de Educação estão estabelecidas na sua Lei Orgânica, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 241/96, de 17 de Dezembro.
- De acordo com o artº.1 do citado decreto: *“O Conselho é um órgão com funções consultivas e deve, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, proporcionar a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa”*.
- De entre as suas competências refira-se a de, por iniciativa própria, ou em resposta a solicitações que lhe sejam apresentadas pela Assembleia da República ou pelo Governo, emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre todas as questões educativas.

A sua natureza de órgão consultivo justifica a preocupação com o alargamento da base de reflexão e discussão, para além dos membros do Conselho, a investigadores e a actores que, no terreno, são parte fundamental da construção da realidade educativa. Atenção especial é também dispensada à informação e ao esclarecimento, em matéria de educação, junto da opinião pública. Neste sentido, ressaltam ainda como actividades fundamentais do Conselho, a organização de seminários e colóquios, o desenvolvimento de relações e o estabelecimento de mecanismos de cooperação quer com organismos homólogos, quer com outras entidades, tanto nacionais como estrangeiras. De referir igualmente, a actividade editorial do Conselho que ocupa um espaço de informação e cumpre uma importante função de divulgação para além da que é realizada através do *Diário da República*.

## **1. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS**

## **1.1. EMISSÃO DE PARECERES E RECOMENDAÇÕES**

## 1.1. EMISSÃO DE PARECERES E RECOMENDAÇÕES

Entre 1999 o Conselho Nacional de Educação emitiu quatro Pareceres cujos temas, Relatores e votação se apresentam no Quadro I.

### QUADRO I

#### Pareceres - 1999

ANO	PARECERES	ASSUNTO	CONSELHEIRO(A) RELATOR	VOTOS		
				A Favor	Contra	Abstenção
1999	Nº 1	Crianças e Alunos com Necessidades Educativas Especiais	Paulo Rodrigues	33	0	0
		Cursos de Formação Inicial de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário	António Almeida Costa Maria Odete Valente			
	Nº 3	Objectivos e Estratégias das Políticas de Educação/Formação, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006	Augusto Santos Silva José Maria Azevedo	32	0	0
	Nº 4	Autonomia do Ensino Superior	Adriano Moreira	33	4	1

## **1.2. ORGANIZAÇÃO DE COLÓQUIOS E SEMINÁRIOS**

## **1.2. ORGANIZAÇÃO DE COLÓQUIOS E SEMINÁRIOS**

A organização de Colóquios e Seminários configura uma das modalidades mais significativas de debate de ideias e confronto criativo de conhecimento, em matéria de Educação/Formação. A abertura à participação nessas iniciativas de instituições e especialistas exteriores ao Conselho reveste o carácter de contributo valioso para a construção do pensamento e para definição da(s) política(s) educativa(s).

No âmbito dessas realizações, que deram sempre origem a publicações referidas no ponto 4, convirá assinalar que umas decorreram por responsabilidade e diligência exclusiva do Conselho; outras resultaram de formas de colaboração, quer com entidades nacionais, quer estrangeiras, como a seguir se indica:

### **POR INICIATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

1. Seminário “Ensino Experimental e Construção de Saberes”
2. Seminário “Autonomia das Instituições de Ensino Superior”

### **EM COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**

1. Colóquio “Aprender ao Longo da Vida”

## POR INICIATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### 1. Seminário "Ensino Experimental e Construção de Saberes"

**Data:** 21 de Maio de 1999

**Local de Realização:** Auditório do Conselho Nacional de Educação

#### **PROGRAMA:**

##### **Sessão Abertura:**

Ministro da Educação - *Eduardo Marçal Grilo*

Presidente do Conselho Nacional de Educação - *Maria Teresa Ambrósio*

#### **1º Painel:** Ensino Experimental e Construção de Saberes - As Grandes Questões

Presidiu *Maria Odete Valente*

##### Surpresa e Ciência: Implicações para o Ensino

*Vítor Gil*

##### Trabalho Experimental e Formação de Professores

*Teresa Oliveira*

##### Trabalho Laboratorial no Ensino das Ciências: Contributos para uma Reflexão de Referência Epistemológica

*João Praia*

##### O Trabalho Prático e o Ensino das Investigações na Educação Básica

*Manuel Miguéns*

#### **2º Painel:** As Mudanças no Sistema

Presidiu *Fernando Regateiro*

##### Projectos em curso

Ministério da Ciência e da Tecnologia - *Ana Noronha*

Director do Departamento de Educação Básica - *Paulo Abrantes*

Director do Departamento do Ensino Secundário - *Domingos Fernandes*

##### As Vozes das Escolas

*Maria Odete Valente*

#### **Sessão de Encerramento:**

Síntese Final dos Trabalhos: *Fernando Regateiro*

Secretária de Estado da Educação e Inovação - *Ana Benavente*

Presidente do Conselho Nacional de Educação - *Maria Teresa Ambrósio*

## 2. Seminário "Autonomia das Instituições de Ensino Superior"

**Data:** 14 de Junho de 1999

**Local de Realização:** Auditório do Conselho Nacional de Educação

### **PROGRAMA:**

#### **Sessão de Abertura**

Apresentação do Seminário pela Presidente do Conselho Nacional de Educação - *Maria Teresa Ambrósio*

#### **Conferência: A Pluralidade das Autonomias**

*Adriano Moreira*

#### **1º Painel - O Desenvolvimento das Leis da Autonomia**

Moderador: *Renato Araújo*

#### **Apreciação Crítica do Desenvolvimento da Lei nº 108/88**

*Alberto Amaral*

#### **Apreciação Crítica do Desenvolvimento da Lei n.º 54/90**

*António Almeida Costa*

#### **Visão Institucional do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas**

*Júlio Pedrosa de Jesus*

#### **Visão Institucional do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos**

*Luís Soares*

#### **2º Painel - A Autonomia do Ensino Superior - Que Horizontes Futuros?**

Moderador: *Adriano Moreira*

Intervenientes: *Rui Alarcão, Luís Sousa Lobo, Eduardo Lourenço, António Barreto*

#### **Sessão de Encerramento:**

Presidente do Conselho Nacional de Educação - *Maria Teresa Ambrósio*

Síntese do Seminário - *Sérgio Machado dos Santos*

Ministro da Educação - *Eduardo Marçal Grilo*

## EM COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

### 6. Colóquio "Aprender ao Longo da Vida"

**Data:** 8 e 9 de Março de 1999

**Local de Realização:** Fundação Calouste Gulbenkian

#### **PROGRAMA:**

##### **Sessão de Abertura**

Director- Geral Adjunto para a Educação, UNESCO - *Colin Power*

Presidente do Conselho Nacional de Educação - *Maria Teresa Ambrósio*

Director da Revista Colóquio/Educação e Sociedade F.C.G.; Membro da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI - *Roberto Carneiro*

#### **1º Painel: Onde Estamos Nós? Marcos no Caminho para Aprender ao Longo da Vida**

Moderador: *Georges Papadopoulos*, antigo Director-Adjunto da Educação, OCDE

##### **Um Olhar sobre as Políticas**

*Barry Mc Gaw*, Director-Adjunto para a Educação, OCDE

*Taby Linden*, Banco Mundial

#### **2º Painel: Ensinar numa nova Perspectiva**

Moderador: *Maria Teresa Ambrósio*

##### **Para Além das Fronteiras da Educação Formal**

*Maria de Ibarolla*, Centro de Investigação e Estudos Avançados, México

*Francesc Pedró*, Universidade Aberta da Catalunha, Barcelona

*Abdul Waheed Kahn*, Universidade Aberta Indira Ghandi, Índia

##### **Sessão Solene**

Presidente, Fundação Calouste Gulbenkian - *Victor Sá Machado*

Presidente, Equipa de Educação para o Século XXI - *Jacques Delors*

Director da Revista Colóquio/ Educação e Sociedade - *Roberto Carneiro*

#### **3º Painel: Aprender ao Longo da Vida: Uma Necessidade para um Mundo em Mudança**

Moderador: *Jacques Delors*

*Felicity Gueriss*, Reino Unido

*Enver Motala*, Consultor Independente, África do Sul

*Roger O'Keeffe*, Comissão Europeia

##### **Síntese**

*Luís Tibúrcio*, Unidade do Ensino Técnico e Vocacional, UNESCO

### **1.3. COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES**

### 1.3. COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

O CNE, no decurso de 1999, intensificou e expandiu a sua cooperação com entidades exteriores, tanto a nível nacional, como internacional, projectando e estendendo, assim, o núcleo essencial da sua actividade interna – a procura de consensos e denominadores comuns.

#### 1.3.1. A NÍVEL NACIONAL

No que respeita à cooperação do CNE com outras entidades a nível nacional, refira-se, em primeiro lugar, a que se estabeleceu com os órgãos de soberania.

A este propósito, cumpre destacar:

- A participação da Presidente do CNE na Semana da Educação, promovida pela **Presidência da República** em Janeiro de 1998, em cujo quadro de colaboração se procedeu ao lançamento de um livro, organizado pelo CNE, sob o título de “Educação: Memórias e Testemunhos”;
- Relativamente à **Assembleia da República**, a iniciativa conjunta que consistiu no Seminário sobre “Política Educativa: Construção da Europa e Identidade Nacional” (15 de Abril de 1997), as reuniões efectuadas com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, e ainda a participação na divulgação da iniciativa “Parlamento das Crianças”.
- No que toca à colaboração com o **Governo**, a presença, em Plenário, por várias vezes, do Ministro e Secretários de Estado da Educação, assim como de outros responsáveis deste Ministério, para além dos contactos desenvolvidos com outros Ministérios, em especial dos da Ciência e da Tecnologia, do Trabalho e da Solidariedade, e do Equipamento, Planeamento e Administração do Território;
- No âmbito da cooperação com a **Fundação Calouste Gulbenkian**, refira-se o acordo celebrado, em 1997, no sentido de serem promovidos debates especializados sobre as questões contemporâneas da educação na sua relação com a sociedade, através da realização de colóquios, e sua divulgação na Revista “Colóquio/Educação e Sociedade”.

A cooperação do CNE estendeu-se ainda a outras entidades, nomeadamente:

- **Conselho Económico e Social**
- **Associação Nacional de Municípios Portugueses**
- **Comissão Nacional da UNESCO**

### **1.3.2. A NÍVEL EUROPEU**

A cooperação com a Comissão Europeia e com países da União consistiu na abordagem conjunta dos seguintes projectos:

- **PARTENARIADO EDUCATIVO CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL**

Com início na Conferência promovida pelo CNE, em Tomar, a 23 e 24 de Maio de 1997, o Projecto visa esclarecer as modalidades e estratégias de parceria educativo, e suas potencialidades e limites no combate à exclusão social. Mais do que a definição de modelos, importa perceber como é que a partir de múltiplas experiências podemos generalizar recomendações de boas práticas, pelo que se compreende que sejam privilegiados, como opção metodológica, os estudos de caso. Este o aspecto mais significativo dos encontros efectuados, em Lisboa, em 25 e 26 de Setembro de 1998 e em 26 e 27 de Fevereiro de 1999, tendo sido realizado no nosso País – a par dos que decorreram noutros Países da União Europeia – um Estudo que se propôs analisar as motivações da mobilização dos parceiros, e a adequação das respostas ao problema.

- **CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE EUROPEIA DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO**

Ainda no âmbito da cooperação internacional, importa destacar as diligências conducentes à criação da Rede dos Conselhos de Educação da União Europeia, a qual visa os seguintes objectivos: trocar informações e experiências entre os Conselhos de Educação, avaliar as suas iniciativas e projectos, colaborar na formulação de propostas e recomendações, e torná-los participantes activos na definição das políticas educativas a nível europeu. Neste contexto, importa assinalar a reunião de trabalho efectuada em Bruges, a 29 e 30 de Outubro, onde se discutiram, entre outros temas, o funcionamento e o projecto de estatutos da Rede.

## **1.4. DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES**

### **1.4.1. PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO CONSELHO**

A grande aceitação que têm as publicações editadas pelo Conselho permite considerar que estas desempenham um papel importante de informação e divulgação do pensamento educativo, junto da opinião pública, em geral, e dos especialistas, estudiosos e parceiros educativos, em particular.

A publicação, em tempo oportuno, das diferentes obras, procura corresponder a esta procura que é uma responsabilidade assumida pelo Conselho.

As publicações foram desde o início organizadas em quatro Séries:

A série “Pareceres e Recomendações”, que integra, ano a ano, os documentos aprovados em Plenário, e previamente publicados no *Diário da República*.

A série “Seminários e Colóquios”, relativa às respectivas Actas.

A série “Estudos e Relatórios”, onde se dão à estampa trabalhos de fundamentação social e pedagógica.

E “Outras Publicações”, de que são exemplos o livro *“Educação, Memórias e Testemunhos”*, lançado no âmbito da Semana da Educação, promovida pela Presidência da República e *“A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica”*, editado em conjunto com a Fundação Calouste Gulbenkian.

### **SÉRIE PARECERES E RECOMENDAÇÕES**

**1999**

#### ***Pareceres e Recomendações 1998***

Parecer n.º 1/98 - Desenvolvimento Pessoal e Social - Programa para o Ensino Secundário. (Relator Conselheiro Fernando J. Regateiro).

Parecer n.º 2/98 - Sociedade da Informação na Escola. (Relator: Conselheiro Carlos Sá Furtado).

Parecer n.º 3/98 - Educação Estética, Ensino Artístico e sua Relevância na Educação e na Interiorização dos Saberes. (Relatores: Conselheiros Emília Nadal e Jorge Barreto Xavier)

Recomendação n.º 1/98 - Abandono Precoce da Escolaridade Obrigatória e Ingresso na Vida Activa. (Relator: Conselheiro Fernando J. Regateiro).

Recomendação n.º 2/98 - Ensino Profissional e Escolas Profissionais. (Relator: Conselheiros Américo Gil, Ana Penim, Jorge Baptista e Benedita Maria Duque Vieira).

Recomendação n.º 3/98 - O Ensino Secundário em Portugal (Relator: Conselheiro Joaquim Azevedo).

## **SÉRIE SEMINÁRIOS E COLÓQUIOS**

**1999**

*Uma Educação Inclusiva a Partir da Escola que Temos*  
*Autonomia das Instituições de Ensino Superior*  
*Ensino Experimental e Construção de Saberes*

## **SÉRIE ESTUDOS E RELATÓRIOS**

**1999**

*O Ensino Secundário em Portugal* (coord. Joaquim Azevedo)

## **OUTRAS PUBLICAÇÕES**

**Em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian:**

**1999**

*Ensino Secundário: Desafios e Alternativas*  
Revista Colóquio/Educação e Sociedade, nº 5/99

### **1.4.2. DIFUSÃO DA ACTIVIDADE DO CNE**

No que respeita à difusão da actividade do Conselho deve referir-se, em primeiro lugar, que foram enviadas aos órgãos de comunicação social, regularmente, notícias sobre todas as iniciativas, desde as sessões do Plenário a Seminários, Colóquios e Debates. A natureza de algumas destas actividades permitiu a sua cobertura directa pelos jornalistas.

A página do Conselho na Internet ([www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt)) para além da informação sobre a orgânica do Conselho, mantém actualizada a sua composição, as publicações editadas e a ordem de trabalhos de cada sessão plenária. Inclui ainda os Relatórios e Planos de Actividades, bem como os Pareceres e Recomendações emitidos em 1996, 1997, 1998 e 1999, permitindo que, por essa via, sejam conhecidos e “importados”.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA**

## **2.1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

## 2. 1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 241/96, de 17 de Dezembro, no seu artº 3, define a composição do Conselho Nacional de Educação, identificando as entidades com direito a ter representantes com assento no Conselho. De acordo com quanto aí está estabelecido a composição do CNE, em 31 de Dezembro de 1999, era a seguinte:

- a) Um Presidente, eleito pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções :

. Maria Teresa Ambrósio

- b) Um representante por cada Grupo Parlamentar, designado pela Assembleia da República :

Partido Socialista (PS) :

. Augusto Santos Silva

Partido Social-Democrata (PSD) :

. Joaquim Azevedo

Partido Popular (CDS-PP) :

. Sílvio Gonçalves Cervan

Partido Comunista Português (PCP) :

. Paulo Gonçalves Rodrigues

Partido « Os Verdes » :

. Joaquim Bonifácio da Costa

c) Sete elementos designados pelo Governo :

- . António de Almeida Costa
- . António de Morais Barreto
- . Armando Rocha Trindade
- . Frederico de Valsassina Heitor
- . Manuel Viegas Abreu
- . Manuel Carmelo Rosa
- . Fernando de Jesus Regateiro

d) Um elemento designado por cada uma das Assembleias Regionais das Regiões Autónomas :

Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores :

- . Vítor Bettencourt Dores

Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira :

- . Jorge Moreira de Sousa

e) Um elemento designado por cada uma das Regiões Administrativas :<sup>1</sup>

Comissão de Coordenação da Região do Norte :

- . José Maria Azevedo

Comissão de Coordenação da Região do Centro :

- . José Joaquim Dinis Reis

---

<sup>1</sup> Nos termos do artº 3º do Decreto-Lei nº 423/88, de 14 de Novembro, enquanto não forem criadas as Regiões Administrativas, a representação no Conselho Nacional de Educação será assegurada por cada uma das Comissões de Coordenação Regional.

Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo :

. António Alves da Silva Marques

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo :

. José Manuel Pinto Leite

Comissão de Coordenação da Região do Algarve :

. João Pinto Guerreiro

f) Dois elementos designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses :

. António Sousa Fernandes  
. Jaime Carlos Marta Soares

g) Dois elementos designados pelas Universidades do Estado :

. Fernando Manuel da Silva Rebelo  
. Manuel José dos Santos Silva

h) Um elemento designado pelos Estabelecimentos Públicos de Ensino Superior Politécnico :

. Luís Santos Soares

i) Dois elementos designados pelos Estabelecimentos Públicos de Ensino Não Superior :

. José Francisco de Almeida Pacheco  
. Leonel José Miguel da Silva

j) Dois elementos designados pelas Organizações Sindicais :

- . Carlos Alberto de Faria Chagas
- . José Salvado Sampaio

l) Dois elementos designados pelas Organizações Patronais :

- . Ana Teresa Penim
- . Ricardo Bayão Horta

m) Dois elementos designados pelas Associações de Pais :

- . Américo Augusto Cardoso Gil
- . Carlos Alberto Pereira

n) Dois elementos designados pelas Associações Sindicais de Professores :

- . Maria Conceição Alves Pinto
- . Paulo Oliveira Sucena

o) Dois elementos designados pelas Associações de Estudantes :

Em representação do Ensino Secundário :

- . José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt

Em representação do Ensino Superior :

- . Manuel Ricardo Fonseca de Almeida

p) Um elemento designado pelas Associações de Trabalhadores--Estudantes :

- . António Ferreira Paiva

q) Dois elementos designados pelas Associações Científicas :

- . Maria José Miranda
- . Vítor Manuel Matos Lobo

r) Dois elementos designados pelas Associações Pedagógicas :

- . Luís Filipe Santos
- . Zélia Henriques dos Santos

s) Dois elementos designados pelas Associações Culturais :

- . Carlos Sá Furtado
- . Mário Baptista Coelho

t) Dois elementos designados pelas Associações de Ensino Particular e Cooperativo :

Em representação do Ensino Superior :

- . Jacinto Jorge Carvalhal

Em representação do Ensino Não Superior :

- . Nuno Froes Burguete

u) Dois elementos designados pelo Conselho Nacional da Juventude :

- . Jorge Barreto Xavier
- . Ana Rita Varela

v) Um elemento designado pelas Organizações Confessionais :

- . Cassiano Maria Reimão

x) Sete elementos cooptados pelo Conselho, de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, por maioria dos membros em efectividade de funções :

- . Adriano Moreira
- . Maria Odete Valente
- . Sérgio Machado dos Santos
- . Alberto Sampaio Castro Amaral
- . João Formosinho Simões
- .
- .

z) Um representante da Academia de Ciências de Lisboa :

- . Ilídio Peres do Amaral

aa) Um representante da Academia Portuguesa de História :

- . António Dias Farinha

bb) Representante da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação :

- . Albano Cordeiro Estrela

cc) Um representante das organizações não governamentais de mulheres :

- . Dulce Sousa Rebelo

dd) Um representante do Conselho Nacional de Profissões Liberais :

- . Maria da Graça Silva Carvalho

ee) Um representante das instituições particulares de solidariedade social :

. José Martins Maia

Quanto à Comissão Coordenadora, para além da Presidente do Conselho Nacional de Educação, Maria Teresa Ambrósio, e da Secretária-Geral do Conselho, Berta Macedo, integra ainda os seguintes Conselheiros :

- . Fernando de Jesus Regateiro (Coordenador da 1ª Comissão Especializada Permanente – Educação Pré-Escolar e Básica).
- . Joaquim Azevedo (Coordenador da 2ª Comissão Especializada Permanente – Ensino Secundário e Formação Qualificante).
- . Júlio Pedrosa de Jesus (Coordenador da 3ª Comissão Especializada Permanente – Ensino Superior e Investigação Científica).
- . Augusto Santos Silva (Coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente – Educação e Formação ao Longo da Vida).
- . Maria Odete Valente (Coordenadora da 5ª Comissão Especializada Permanente – Acompanhamento e Análise Global da Educação).

## **2.2. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

## **2.2. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**

A actividade interna do Conselho compreende as reuniões do Plenário, da Comissão Coordenadora e das Comissões Especializadas Permanentes e Eventuais que foram criadas e funcionam de acordo com as novas propostas apresentadas pela Presidente, posteriormente consagradas em Lei, como abaixo se refere.

### **Plenário**

O Plenário, onde têm direito de participar todos os membros do Conselho, reuniu, no decurso de 1999,       vezes (em sessões ordinárias e extraordinárias).

### **Comissão Coordenadora**

Na sequência das alterações introduzidas na Lei Orgânica do Conselho (Decreto-Lei n.º 241/96) e no Regimento (reunião Plenária de 5 de Março de 1997), com o objectivo de melhorar o processo de coordenação e avaliação das actividades do Conselho, constituiu-se a **Comissão Coordenadora**, de que ficavam a fazer parte, para além da Presidente, os Coordenadores das cinco Comissões Especializadas e a Secretária-Geral (artº 10º).

### **Comissões Especializadas Permanentes e Eventuais**

Na 45ª reunião do Plenário a 5 de Março de 1997, aquando da actualização do Regimento, atendendo à dinâmica de trabalho do Conselho e considerando o objectivo de acompanhamento e intervenção activa na evolução das questões de educação/formação, foi decidido rever os moldes de funcionamento das Comissões Especializadas, constituindo-se as Comissões Especializadas Permanentes e Eventuais.

No período que decorreu entre Maio de 1996 e Junho de 1997, e enquanto se aguardava a publicação das alterações à Lei Orgânica e a aprovação do novo Regimento, o Conselho reuniu, nesta fase de transição, em Comissões Especializadas.

Da composição das diferentes Comissões e da frequência das reuniões realizadas no período que vai de Maio de 1996 a Dezembro de 1999, assim como dos assuntos em agenda, procura-se dar conta nos quadros que se seguem, a saber:

**Plenários:** - Quadro II

**Comissão Coordenadora:** - Quadros III, IV

**Comissões Especializadas Permanentes:** - Quadros V, VI, VII, VIII, IX, X, XI

**Comissões Especializadas Eventuais:** - Quadro XII

### 2.2.1. PLENÁRIOS

Nessa reuniões, e para além de um período inicial de Informações, foram apreciados, debatidos e votados os projectos de Parecer, de acordo com as respectivas ordens de trabalho:

#### QUADRO II

#### PLENÁRIOS - 1999

DATA	ORDEM DE TRABALHOS
15 de Janeiro	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apreciação do Projecto de Parecer sobre "<i>Crianças e Alunos com Necessidades Educativas Especiais</i>"</li><li>2. Aprovação do <i>Relatório de Actividades de 1998</i></li><li>3. Apresentação do <i>Plano de Actividades para 1999</i></li></ol>
11 de Março	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apreciação do Projecto de Parecer "<i>Sistema de Acreditação dos Cursos de Formação Inicial de Educadores e Professores da Educação Básica e do Ensino Secundário</i>". Relatores: Conselheiros António de Almeida Costa, Albano Estrela e Maria Odete Valente</li><li>2. Apreciação do Projecto de Parecer "<i>Objectivos e Estratégias das Políticas de Educação/Formação, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006</i>". Relatores: Conselheiros Augusto Santos Silva e José Maria Azevedo</li></ol>
22 de Abril	<ol style="list-style-type: none"><li>1. <i>Preparação do PDR e do PRODEP III (2000-2006): programas de acção e de investimento com vista ao alcance dos objectivos prioritários; regionalização das</i> Secretário de Estado da Administração Educativa</li></ol>
4 de Novembro	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apreciação do Projecto de Parecer "<i>Autonomia do Ensino Superior</i>" Relatório: Conselheiro Adriano Moreira</li></ol>
22 de Dezembro	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Aprovação do Relato da 58ª Reunião do Plenário</li><li>2. Informações</li><li>3. Apreciação na especialidade da <i>Proposta do CRUP, de 1996</i></li><li>4. Apresentação do <i>Relatório de Actividades</i></li></ol>

## 2.2.2. COMISSÃO COORDENADORA

Presidida pela Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Teresa Ambrósio, integrou ainda os Coordenadores das cinco Comissões Especializadas Permanentes e a Secretária-Geral.

### QUADRO III

#### COMPOSIÇÃO

Presidente do Conselho Nacional de Educação	<i>Maria Teresa Ambrósio</i>
Coordenador da 1ª Comissão Especializada Permanente	<i>Fernando de Jesus Regateiro</i>
Coordenador da 2ª Comissão Especializada Permanente	Joaquim Azevedo (termo do mandato a 9 de Dezembro de 1999)
Coordenador da 3ª Comissão Especializada Permanente	<i>Sérgio Machado dos Santos</i> (sucedeu, em 15 de Janeiro de 1999, a Júlio Pedrosa de Jesus, entretanto eleito Presidente do CRUP)
Coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente	<i>Augusto Santos Silva</i> (termo do mandato a 28 de Outubro de 1999, por haver sido nomeado Secretário de Estado da Administração Educativa)
Coordenadora da 5ª Comissão Especializada Permanente	<i>Maria Odete Tereno Valente</i>
Secretária-Geral	<i>Berta Macedo</i> (sucedeu, em 10 de Novembro de 1997, a Joaquim Coelho Rosa, que, em 1 de Abril de 1997, sucedera a Celeste Patrocínio, e cujo mandato se iniciara em 31 de Março de 1994)

**QUADRO IV**  
**FUNCIONAMENTO - 1999**

<b>DATA</b>	<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>
<b>13 de Abril</b>	1. <i>Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social: prosseguimento do trabalho do Conselho</i>
<b>8 de Junho</b>	1. Preparação do Plenário de 17 de Junho: <i>"Ensino Experimental e Construção de Saberes", "Formação Contínua de Professores", PNDES/PDR/QCA III/PRODEP III</i> 2. Trabalhos em curso: <i>Autonomia das Instituições do Ensino Superior - Seminário e Parecer; Desenvolvimento Curricular</i>
<b>13 de Setembro</b>	1. Ponto da situação dos trabalhos em curso 2. Reuniões Plenárias - ordem de trabalhos e calendário
<b>19 de Novembro</b>	1. Ponto da situação dos trabalhos em curso 2. Preparação do Plenário
<b>13 de Dezembro</b>	1. Ponto da situação dos trabalhos em curso 2. Análise do Relatório de Actividades

## 2.2.3. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

### 2.2.3.1. COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

Os membros do Conselho participam com direito a voto, no máximo, em duas comissões permanentes.

#### 1ª Comissão Especializada Permanente Educação Pré-Escolar e Básica

##### QUADRO V COMPOSIÇÃO

CONSELHEIROS
<i>Fernando de Jesus Regateiro (Coordenador)</i>
<i>Américo Augusto Cardoso Gil</i>
<i>António Manuel Sousa Fernandes</i>
<i>Carlos Alberto Pereira</i>
<i>Dulce Rebelo</i>
<i>Frederico Lúcio de Valsassina Heitor</i>
<i>João Manuel Formosinho Sanches Simões</i>
<i>José Francisco de Almeida Pacheco</i>
<i>José Martins Maia</i>
<i>José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt</i>
<i>José Salvado Sampaio</i>
<i>Luís Filipe Santos</i>
<i>Zélia Maria S. F. Henriques dos Santos</i>

##### QUADRO VI FUNCIONAMENTO - 1999

	DATA	ORDEM DE TRABALHOS
1999	2 de Março	1. Trabalhos a desenvolver pela Comissão, no âmbito do <i>Plano de Actividades do Conselho para 1999</i> 2. Metodologia de elaboração do Parecer sobre <i>"Ensino Experimental e Construção de Saberes"</i>
	21 de Maio	Contributos para a elaboração do <i>PNDES/QCA III/PRODEP III</i>

**2ª Comissão Especializada Permanente  
Ensino Secundário e Formação Qualificante**

**QUADRO VII  
COMPOSIÇÃO**

<b>CONSELHEIROS</b>
<i>Joaquim Azevedo (Coordenador)</i>
<i>Américo Augusto Cardoso Gil</i>
<i>Ana Teresa Penim</i>
<i>Carlos Alberto Pereira</i>
<i>Carlos Alberto de Faria Chagas</i>
<i>Cassiano Maria Reimão</i>
<i>Jorge Moreira de Sousa</i>
<i>José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt</i>
<i>Leonel José Miguel da Silva</i>
<i>Luís Filipe Santos</i>
<i>Paulo Manuel Gonçalves Rodrigues</i>
<i>Vitor Manuel Matos Lobo</i>
<i>Vitor Rui R. Bettencourt Dores</i>
<i>Zélia Maria S.F. Henriques dos Santos</i>

**3ª Comissão Especializada Permanente  
Ensino Superior e Investigação Científica**

**QUADRO XVI  
COMPOSIÇÃO**

<b>CONSELHEIROS</b>
<i>Sérgio Machado dos Santos (Coordenador)</i>
<i>Adriano Moreira</i>
<i>Albano Estrela</i>
<i>Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral</i>
<i>Ana Rita Varela</i>
<i>António de Almeida Costa</i>
<i>António M. Dias Farinha</i>
<i>Armando T. Rocha Trindade</i>
<i>Carlos Sá Furtado</i>
<i>Cassiano Maria Reimão</i>
<i>Dulce Rebelo</i>
<i>Fernando Manuel da Silva Rebelo</i>
<i>Ilídio Peres do Amaral</i>
<i>Jacinto Jorge Carvalhal</i>
<i>João Pinto Guerreiro</i>
<i>Joaquim Manuel Bonifácio da Costa</i>
<i>Luís J. Santos Soares</i>
<i>Manuel Amâncio Viegas Abreu</i>
<i>Manuel António de Oliveira Carmelo Rosa</i>
<i>Manuel José dos Santos Silva</i>
<i>Manuel Ricardo Fonseca de Almeida</i>
<i>Maria Conceição Alves Pinto</i>
<i>Maria da Graça Silva Carvalho</i>
<i>Maria José Miranda</i>
<i>Mário Baptista Coelho</i>
<i>Paulo Manuel Gonçalves Rodrigues</i>
<i>Paulo Oliveira Sucena</i>
<i>Ricardo Bayão Horta</i>
<i>Silvio Rui Nunes Correia Gonçalves Cervan</i>
<i>Vitor Manuel Matos Lobo</i>

**QUADRO IX**  
**FUNCIONAMENTO - 1999**

<b>DATA</b>	<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>
<b>6 de Janeiro</b>	1. Programa de Trabalho para o ano de 1999 2. Proposta de projecto para o <i>Plano de Actividades</i> , apresentada pelo Conselheiro Sérgio Machado dos Santos
<b>4 de Março</b>	Elaboração do Parecer sobre " <i>Autonomia do Ensino Superior</i> "
<b>13 de Abril</b>	Actualização do Documento de Orientação sobre o " <i>Ensino Superior em Portugal</i> " (Pareceres nº 1/93 e nº 1/95, do Conselho Nacional de Educação)
<b>5 de Maio</b>	Apresentação do ante-projecto de Parecer sobre " <i>Autonomia do Ensino Superior</i> " do Conselheiro Adriano Moreira
<b>22 de Junho</b>	<i>Autonomia das Instituições de Ensino Superior</i>
<b>13 de Outubro</b>	Apreciação das propostas de Pareceres: " <i>Autonomia do Ensino Superior</i> " e " <i>Apreciação na especialidade da proposta do CRUP</i> "
<b>2 de Dezembro</b>	1. Parecer sobre a proposta do CRUP de <i>Revisão da Lei nº 108/88</i> 2. <i>Quadro institucional do ensino superior</i>

**4ª Comissão Especializada Permanente  
Educação e Formação ao Longo da Vida**

**QUADRO X  
COMPOSIÇÃO**

<b>CONSELHEIROS</b>
<i>Augusto Santos Silva (Coordenador)</i>
<i>António Augusto Ferreira de Paiva</i>
<i>Ilídio Peres do Amaral</i>
<i>Jacinto Jorge Carvalhal</i>
<i>João Pinto Guerreiro</i>
<i>Jorge Barreto Xavier</i>
<i>José Maria Azevedo</i>
<i>Manuel Ricardo Fonseca de Almeida</i>
<i>Ricardo Bayão Horta</i>

**5ª Comissão Especializada Permanente  
Análise e Acompanhamento Global da Educação**

**QUADRO XI  
COMPOSIÇÃO**

<b>CONSELHEIROS</b>
<i>Maria Odete Tereno Valente (Coordenadora)</i>
<i>Albano Estrela</i>
<i>Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral</i>
<i>António Augusto Ferreira de Paiva</i>
<i>António de Almeida Costa</i>
<i>António Manuel Sousa Fernandes</i>
<i>Carlos Alberto de Faria Chagas</i>
<i>Frederico Lúcio de Valsassina Heitor</i>
<i>Jorge Moreira de Sousa</i>
<i>José Francisco de Almeida Pacheco</i>
<i>José Joaquim Dinis Reis</i>
<i>José Maria Azevedo</i>
<i>José Salvado Sampaio</i>
<i>José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt</i>
<i>Leonel José Miguel da Silva</i>
<i>Luís Filipe Santos</i>
<i>Luís J. Santos Soares</i>
<i>Manuel Amâncio Viegas Abreu</i>
<i>Maria Conceição Alves Pinto</i>
<i>Maria José Miranda</i>
<i>Paulo Oliveira Sucena</i>

### 2.2.3.2. COMISSÕES ESPECIALIZADAS EVENTUAIS

A constituição de Comissões Especializadas Eventuais é deliberada pela Comissão Coordenadora. Não há limite à participação em Comissões Eventuais, salvo a anuência de cada membro designado.

#### QUADRO XII

##### FUNCIONAMENTO - 1999

	<b>DATA</b>	<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>
1999	<b>6 de Janeiro</b>	<i>Alunos com Necessidades Educativas Especiais</i>
	<b>6 de Janeiro</b> <b>26 de Janeiro</b> <b>11 de Fevereiro</b> <b>24 de Fevereiro</b>	<i>Sistema de Acreditação dos Cursos de Formação Inicial de Educadores e Professores da Educação Básica e do Ensino Secundário</i>
	<b>15 de Janeiro</b> <b>24 de Fevereiro</b>	<i>Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social</i>

#### **2.2.4. ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

#### **2.2.4. Assessoria Técnica e Administrativa**

As funções de assessoria, num órgão com as características do Conselho Nacional de Educação, consistem na organização de serviços de apoio ao desenvolvimento da acção do Conselho.

A coordenação e chefia da Assessoria Técnica e Administrativa compete ao Secretário-Geral.

Para um mais eficaz desempenho dessas funções, introduziram-se regras e procedimentos para cada um dos serviços, procurando ao mesmo tempo reforçar-se a articulação entre as diferentes tarefas a desempenhar.

Muito embora se tenha investido em organização e se verifique um bom desempenho por parte de todos os elementos do serviço, identificam-se grandes carências em duas áreas: serviços de assessoria e serviços administrativo-financeiros.

Para o desenvolvimento da actividade do Conselho é também essencial a existência de um serviço de documentação e informação que cumpra dois objectivos fundamentais:

- i) garantir aos Conselheiros e também ao público em geral uma informação actualizada, nomeadamente sobre Política Educativa - nacional e internacional;
- ii) tratar e difundir a documentação recebida e preparar e divulgar as edições produzidas pelo Conselho.

Para cumprir esta missão é necessário que o Centro de Documentação disponha de meios técnicos e de recursos humanos que tornem possível o seu funcionamento de acordo com os padrões adoptados em serviços similares, em particular no âmbito do Ministério da Educação.

Assim, com o objectivo de melhorar a capacidade de resposta do serviço e na sequência do trabalho que vem sendo realizado, procedeu-se a uma reconversão do ficheiro informático em uso, optou-se pela utilização de um “programa standard” para a constituição de uma base de dados bibliográfica (CDS/ISIS) e atendeu-se á necessidade de formação da técnica responsável proporcionando-lhe a aquisição dos conhecimentos necessários à exploração das potencialidades do programa e à aplicação da parametrização PORBASE na automatização do catálogo.

### **3. RECURSOS FINANCEIROS**

### 3.1. RECURSOS FINANCEIROS

Valor contos

	<i>Orçamentado</i>	<i>Gasto</i>	
		<i>Montante</i>	<i>%</i>
<b>1999</b>			
Pessoal	55.400	a)	a)
Consumos correntes	23.500	a)	a)
Maquinaria Equipamento	3.200	a)	a)

a) em apuramento

## **4. BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO**

#### **4. BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO**

Tem-se como objectivo, com a apresentação deste Relatório referente aos últimos quatro anos de actividade do Conselho Nacional de Educação (CNE), dar publicamente, a todos os Senhores Conselheiros e entidades representadas, bem como aos órgãos políticos com quem o CNE mais directamente se relaciona - Governo e Assembleia da República - uma informação detalhada do trabalho realizado ao longo do período correspondente à última legislatura. Na realidade, a análise das actividades e do trabalho do CNE desde a sua criação permite concluir que a cada ciclo legislativo, coincidente com o mandato do Presidente do CNE e de muitos dos membros que o compõem, nomeadamente os Conselheiros que representam o Governo e os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, têm correspondido formas específicas de trabalho, com ênfase em áreas diversas da Política Educativa do País. Deste modo se reflectem a sensibilidade pública às questões da Educação, os interesses e expectativas dos parceiros educativos e as questões mais prementes da agenda política.

No período de 1996 a 1999, foram as questões relacionadas com o alargamento da Educação Pré-Escolar, a descentralização e a autonomia das escolas, o financiamento e a autonomia do Ensino Superior, a reorganização do Ensino Secundário, o Ensino Artístico, a Profissionalização dos Professores, a Educação ao Longo da Vida e o papel da Educação no Plano de Desenvolvimento Regional do País, as áreas que ocuparam sobretudo o CNE, e mereceram deste elaboração de Pareceres e Recomendações, bem como debates públicos. Deste trabalho se dá conta no Relatório que se apresenta.

Porém, como explicitámos em várias ocasiões, o CNE procurou dar efectividade ao carácter da representatividade das instituições e associações reconhecidas como parceiros socio-educativos que o compõem, visando contribuir para uma expressão forte e uma presença visível do debate, do diálogo e da procura de plataformas de acordo, entre os vários grupos representantes da sociedade civil e política, sobre as múltiplas facetas da Educação nos nossos dias. O alargamento da representação do CNE pela alteração da Lei que o criou (Lei nº 31/87, de 9 de Julho), a realização dos Seminários e Conferências e a abertura ao público dos debates que, nomeadamente, antecederam a elaboração de Pareceres e com os quais se pretendeu aprofundar temas relevantes e urgentes, e outros

realizados com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian, são disso exemplo. A responsabilidade social na resolução dos problemas educativos actuais e o empenhamento de múltiplos cidadãos na construção e definição de uma estratégia para uma política de futuro, foram motivações e desafios justificativos das actividades e do modo de funcionamento que caracterizaram o trabalho do CNE.

Deste modo, mereceu particular atenção a defesa do carácter de órgão mediador de interesses, pontos de vista, posições políticas dos vários parceiros que têm assento no CNE, possibilitando assim a obtenção de consensos e plataformas de acordo sobre os quais se constrói a decisão política. A experiência adquirida, e a reflexão comum, realizada na Comissão Coordenadora através da análise do dia-a-dia do CNE, permitem apontar o que julgamos ser traços de identidade deste órgão de mediação e de construção de consensos necessários para a participação democrática prévia à negociação e à definição da Política, e recomendar que sejam aprofundados no futuro.

O Conselho procurou assim não pautar a sua intervenção em função da gestão corrente ou da administração da Política Educativa, a não ser quando solicitado para o efeito, já que o Governo tem hoje diversas plataformas de diálogo com os cidadãos directamente envolvidos na educação. Orientou, por isso, as suas actividades para tornar presentes as grandes mudanças e as grandes tendências de evolução, quer das políticas, quer das práticas e do pensamento educativo, numa visão de política de futuro da educação. É, por isso, que sobretudo através das Conferências que realizou com esta preocupação de prospectiva, procurou aprofundar e difundir publicamente novos conceitos paradigmáticos como o da Educação ao Longo da Vida, analisando o que é hoje a Educação na sua relação com a Sociedade, uma Sociedade da Informação e do Conhecimento e, perspectivando a evolução dos novos conteúdos educativos, do contributo da escola para a coesão social e da coerência dos meios e espaços educativos das comunidades locais.

Também a relação entre a democratização e qualidade do ensino, a necessidade de convergência das Políticas Educativas em novos espaços geo-políticos, a consideração das directrizes e orientações emitidas pela União Europeia e que influenciam a política e a estratégia educativa nacional, afiguraram-se também como linhas temáticas relevantes a desenvolver no futuro.

Ainda são de acentuar as múltiplas colaborações, intervenções, contactos e representações efectuados por parte dos Senhores Conselheiros que não é possível explicitar, mas que muito contribuíram para valorizar o trabalho do CNE.

Cabe ainda referenciar que o Conselho beneficiou de muitas e valiosas colaborações de outros organismos que lhe permitiram equacionar mais profundamente os problemas, cumprindo mencionar: a colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, com a Comissão Nacional da UNESCO, com a Comissão Europeia, com o Conselho Económico e Social, entre outras.

A nível internacional, os esforços realizados de cooperação e intercâmbio com instituições congéneres tendentes à criação da Rede Europeia de Conselhos Nacionais de Educação, com audiência ao nível da Comunidade Europeia, afiguram-se como um caminho do maior interesse, esperando-se poder também alargar esta cooperação aos países de língua portuguesa.

Por fim, desejaríamos explicitar que para a realização das suas actividades e funções o CNE contou com um grupo muito pouco numeroso, mas activo e empenhado, de assessores técnicos e administrativos, consultores e especialistas. No entanto, a intervenção deste grupo especializado de apoio deverá, com recurso ou não à aquisição externa, ser objecto de análise num futuro plano de trabalhos do CNE pois que, sobretudo a recolha e o tratamento da informação para o trabalho dos Senhores Conselheiros e das Comissões Permanentes e Eventuais, bem como a elaboração de documentos de trabalho de base, se afiguram cada vez mais exigentes e imprescindíveis.

**Teresa Ambrósio**

## **ANEXO 1**

### **Número de Reuniões Realizadas**



# **PLANO DE ACTIVIDADES**

**1999**

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

1. Na governação de um estado democrático reconhece-se, cada vez mais, a participação como valor social e político. O Conselho Nacional de Educação pela sua constituição e competências, tem a responsabilidade e o privilégio de poder ser um espaço fundamental de participação dos diferentes parceiros sociais na construção da política educativa.

2. A análise e compreensão da realidade educativa, no contexto mais largo do desenvolvimento económico e social do país, e o acompanhamento das grandes questões de Educação/Formação constituem prioridades importantes do trabalho do Conselho Nacional de Educação.

3. O Plano de Actividades para 1999 que agora se apresenta foi aprovado na sessão plenária do Conselho Nacional de Educação, em 15 de Janeiro de 1999. Resulta da proposta elaborada pela Comissão Coordenadora, ouvidas as sugestões das Comissões Especializadas Permanentes.

# I

## **ELABORAÇÃO DE PARECERES E RECOMENDAÇÕES**

*(POR SOLICITAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E DO GOVERNO E  
DA INICIATIVA PRÓPRIA DO CONSELHO )*

### **ASSUNTOS:**

- **Objectivos e estratégias das políticas de Educação/Formação no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social;**
- **Educação e Formação de Adultos;**
- **Formação de Professores dos Ensinos Básico e Secundário – acreditação da formação inicial de professores e definição de perfis profissionais;**
- **Autonomia do Ensino Superior;**
- **Acção Social Escolar – Ensinos Básico e Secundário;**
- **A organização curricular - Ensinos Básico e Secundário;**
- **A construção dos saberes escolares e o ensino experimental.**

## II

### ESTUDOS E RELATÓRIOS

#### 1.

O acompanhamento da política educativa e a elaboração de pareceres e recomendações exige, em alguns casos, a realização de estudos sobre matérias que importa aprofundar e melhorar a informação disponível.

Independentemente dos estudos cuja decisão de elaboração resultará do desenvolvimento do trabalho das diferentes comissões, identificam-se, desde já, como necessários os seguintes **estudos**:

- **Avaliação de resultados do exame especial de avaliação da capacidade para acesso ao ensino superior (exames *ad-hoc*, nº5 do artº 12º da LBSE );**
- **Diversificação do Ensino Superior;**
- **Quadro Institucional do Ensino Superior: actualização do Parecer nº 1/95 (Documento de Orientação sobre o Ensino Superior em Portugal: 2 anos depois)**
- **O papel do Sistema Educativo na formação dos activos;**
- **A participação dos Pais/Encarregados de Educação no funcionamento da escola: novas modalidades e práticas no âmbito de uma nova concepção de escola;**
- **A organização curricular nos Ensinos Básico e Secundário;**
- **Educação e exclusão social;**

- **Acompanhamento do desenvolvimento do processo de “ Autonomia e Gestão dos estabelecimentos da educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário”;**
  
- **Acompanhamento do Programa ALFA;**
  
- **Desenvolvimento do trabalho sobre “Crianças e alunos com necessidades educativas especiais”, iniciado no âmbito da preparação do Parecer nº1/99.**

2.

### **Relatório de mandato**

Coincidindo o final do ano de 1999 com o fim da legislatura e do mandato da Presidente do Conselho, afigura-se pertinente a elaboração de um documento que seja capaz de traduzir as expectativas, os interesses e as preocupações dominantes que resultam da leitura da realidade educativa/formativa realizada pelas diferentes entidades e organizações representadas no Conselho .

Daí espera-se uma identificação de linhas prioritárias de acção resultante de um trabalho de concertação educativa, que se deseja possa ser considerada como contributo dos parceiros socio-educativos com assento no conselho.

### III

#### SEMINÁRIOS/COLÓQUIOS/CONFERÊNCIAS

A metodologia adoptada na elaboração de pareceres/recomendações determina que, frequentemente, seja considerado pertinente alargar a rede de recolha de informação e de auscultação, convidando especialistas, investigadores e outros actores que desempenham a sua actividade em campos de trabalho que são objecto de análise por parte do Conselho.

A realização de Seminários/Colóquios/Conferências surge como uma das estratégias utilizadas para corresponder a esse objectivo.

Podem identificar-se, neste momento, as seguintes iniciativas:

- **A experimentação na construção dos saberes escolares;**
- **A articulação entre os diferentes ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário;**
- **A Educação para a Ciência e a Natureza ( em colaboração com o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável );**
- **A Educação ao Longo da Vida ( em colaboração com a Fundação Gulbenkian e UNESCO);**
- **Autonomia do Ensino Superior e o seu exercício na gestão de interdependências;**
- **Parceiros sócio-educativos e integração social;**
- **25 de ABRIL – Educação e Cidadania;**
- **Educação, Cultura e Ciência.**

## IV

### COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

Tendo presente as suas atribuições e competências, o Conselho Nacional de Educação manterá e desenvolverá relações com entidades e organizações nacionais e estrangeiras, nomeadamente:

#### 1.

##### **A nível nacional**

- *Assembleia da República;*
- *Governo, privilegiando o Ministério da Educação;*
- *Conselhos congéneres (Conselho Económico e Social);*
- *Comissões de Coordenação Regional;*
- *Associações/Organizações não representadas no Conselho;*
- *Estruturas da Administração central e regional;*
- *Outros.*

#### 2.

##### **A nível internacional**

Na continuação da linha de trabalho que tem como objectivo a cooperação com os Países Membros da União Europeia, desenvolver-se-ão os contactos necessários, nomeadamente com a Comissão Europeia, tendo em vista a constituição da rede europeia de Conselhos Nacionais de Educação.

## V

### **DOCUMENTAÇÃO/INFORMAÇÃO**

O desenvolvimento da actividade do Conselho implica a existência de um serviço de documentação e informação que cumpra dois objectivos fundamentais: i) garantir aos Conselheiros, e também ao público em geral, uma informação actualizada, nomeadamente sobre Política Educativa – nacional e internacional; ii) tratar e difundir a documentação/publicações produzidas pelo Conselho.

Na sequência do trabalho que já vem sendo realizado, procurar-se-á melhorar a capacidade de resposta do serviço que tem a seu cargo as funções que esses objectivos determinam.